



CIEA7 #13:

CABO VERDE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE: LUTA PELA LIBERTAÇÃO,
DESCOLONIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO INDEPENDENTE.

Leão Jesus de Pina[©]

leoncv@unb.br

Cordialidade e Democratização:

da *Morabeza* às tendências actuais da cultura política cabo-verdiana

Através desta comunicação, pretende-se expôr algumas das principais perspectivas à volta da relação da chamada cultura de cordialidade com a democratização. E, a partir disto, sugerir a aplicabilidade desse debate no caso cabo-verdiano, buscando averiguar algumas tendências de cultura política neste cenário, no qual a categoria cultural Morabeza, é largamente assumida, nos meios intelectual e popular, como espécie de expressão acabada da cabo-verdianidade e do ethos crioulo, tido como profundamente cordial.

Cultura Política, Democracia, *Morabeza*.

[©] Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Cabo Verde.

INTRODUÇÃO

É nossa pretensão, com este trabalho, sugerir alguns traços da cultura política nacional, cabo verdiana, discutindo primeiramente as possíveis implicações da cultura de *Morabeza*, assumida por nós como sinónima de cordialidade, para o processo de afirmação da cidadania e da consolidação democráticas, através da exposição de posições, tanto críticas quanto defensoras, acerca da relação de tal tendência cultural com a democratização. Em seguida, analisamos, em cima desse pano de fundo cultural, alguns aspectos da cultura política cabo-verdiana actual, no contexto democrático, orientados por dados de pesquisas de opinião relativamente recentes, visando averiguar o grau de adesão e de interacção do cidadão genérico com as estruturas políticas democráticas, com a esfera pública e as suas implicações para a performance e a consolidação democráticas.

Morabeza: A Supercordialidade Crioula

A índole cordial do Homem cabo-verdiano, no vocabulário popular crioulo, é captada através do termo *Morabeza*, apreendido como sendo uma espécie da essência espiritual do cabo-verdiano. Costuma ser ressaltada, tal é a força com que é assumida, como expressão de uma originalidade cultural, que é de difícil correspondência vocabular ou tradução para outra língua, ganhando foro semelhante àquele reservado à palavra saudade na língua portuguesa.

Morabeza, pelo seu teor, pode ser estudada quer como construção cultural e ideológica, quer como categoria de pensamento e de acção. Paraphraseando Roberto Da Matta, é daquelas categorias que, ao serem invocadas, promovem e implicam um fazer, um empenho, uma perspectiva ou um compromisso, definindo um estado interno e permitindo uma acção externa¹. O cabo-verdiano percebe-se e define-se, nas suas atitudes e acções, por via dessa categoria. Benjamim Nunêz define, no seu *Dictionary of Portuguese African civilization*, como: “-A crioulo expression considered to be a characteristic of the afro-portuguese culture of cape-verde”.²

Neste ensaio, Baltasar Lopes e Gabriel Mariano servem-nos de base para a caracterização da imagem dominante da *Morabeza*, em Cabo Verde.

A Geração Claridade³, muito influenciada pelo argumento miscigenista da sociologia de Gilberto Freyre, definia o cabo-verdiano como produto bem sucedido e

¹ Cf. Da Matta, R. 1993: 19

² Cf. Nunez, B. 1995: verbete *Morabeza*.

³ A nossa referência à *Claridade* é, por enquanto, baseada em alguns trabalhos de Baltasar Lopes.

Claridade foi um grupo de literatos cabo-verdianos que, nos anos trinta do século passado, ainda no contexto colonial, fundou a revista *Claridade*, gerando a volta da mesma um movimento cultural,

sincrético do encontro do português com o africano. Tendiam a entender que a singularidade do carácter do cabo-verdiano advém significativamente da sua maneira sui generis de convivência social. Tal singularidade é marcada pela potencialidade de diluir, através do relacionamento familiar e intimista, a rigidez e as diferenças com que se possa deparar no quotidiano. Na acepção de Baltasar Lopes da Silva, considerado um dos líderes daquele movimento cultural: em Cabo Verde “os antagonismos não se combatem e é, por isso, com profunda harmonia que todos confraternizam e se submetem aos mecanismos de dar-e-tomar”.⁴

Procede dessa visão, geralmente, uma família de classificações positivas a respeito da personalidade cultural do cabo-verdiano, que enaltecem a sua facilidade de interação e maleabilidade sociais, coincidentes com adjetivos como: cordial, hospitaleiro, solidário, urbano, cosmopolita, universalista, democrático, amoroso, etc.; que se confluem para significar, de certo modo, o horror à diferença e ao formalismo, ou o pendor para a confraternização. Baltasar Lopes da Silva caracterizou essa tendência espiritual (segundo ele, *mal entendida pelos observadores superficiais*), como sendo, *a tendência para a confraternização e para tomar o braço quando se dá o dedo...explicativa do contacto do ilustrado e do iletrado; do simples pé descalço e do indivíduo da primeira sociedade. Esse autor encara tais expressões culturais como manifestação da democracia social reinante na sociedade arquipelágica, aonde, segundo o mesmo, as classes não são categorias fechadas e estanques e o mesmo indivíduo pode conhecer durante a sua vida diversos escalões de consideração social, independentemente das circunstâncias do seu nascimento ou da cor da sua pele, tudo consoante o seu comportamento perante as perspectivas de acesso social*⁵.

Outro estudioso cabo-verdiano que se debruça de forma especial sobre a categoria *Morabeza* é o literato Gabriel Mariano, espécie de sucessor imediato dos claridosos, a ponto de, como sublinhado por José Carlos dos Anjos, atribuí-la uma dimensão superlativa, afirmando que, no arquipélago se depara com o ápice da cordialidade: a supercordialidade⁶.

Mariano encara essa supercordialidade do ilhéu como expressão íntima da realidade mestiça, concluindo que é, por isso,⁷ que, nessa sociedade, o mestiço estaria impregnado, de uma vocação de quebrar a rigidez e a agressividade dos ritos

fortemente identificado com preceitos literários modernistas importados da Europa e do Brasil, com o objetivo de, num corte com os cânones literários tradicionais metropolitanos e na busca de um modelo regionalista, abordar, através da literatura, do ensaísmo e de crônicas jornalísticas, temas ligados à formação sócio-cultural cabo-verdiana e problemas sociais advindos da administração colonial.

⁴ Cf. Lopes da Silva, B. 1947

⁵ Cf. Lopes da Silva, B. 1947: 9,10

⁶ Cf. Anjos, J.C. 2002: 120

⁷ Cf. Mariano, G. 1991: 51

de convívio social, resumindo que, em Cabo Verde, o amaciamento e a liberalidade foram quase sinónimos de mestiçagem e hibridização.

Parece ter havido, segundo essa perspectiva, um encadeamento causal entre a mestiçagem biológica e cultural e o carácter cordial do ilhéu.

Para o autor, a caracterização da cordialidade crioula é traçada pela disposição, de fundo sentimentalista, de familiarização, hospitalidade, franqueza e liberalidade.

Várias situações e aspectos quotidianos do mundo arquipelágico são usados, por Mariano, como ilustração dessa índole cultural. De entre eles, cita o autor, a língua crioula, macia, a religião católica, revestida de intimidade, os nomes meigos e informais das ruas, a decoração de interiores, os contos populares, etc.⁸ Exemplos que mantêm em comum a ojeriza ao estranho e ao formalismo, o que expressa, conforme Mariano, “Uma necessidade de recriar ou povoar as regiões estranhas através dos nossos dados culturais, dos gostos socialmente dominantes.”⁹

No entanto, uma das expressões culturais mais exploradas por Mariano, neste sentido, é o ‘léxico de nomeação, pois, em Cabo Verde, há o *nome-de-casa* (o *nominho*), categoria tipicamente regional, que, pelas suas singularidades, não coincide, nem com o nome de registo nem com a alcunha (que é geralmente o diminutivo do nome oficial). Seria um exemplo da autonomia e personalidade cultural cabo-verdiana.

Assim, ele sintetiza a ideia de *Morabeza* como:

O principal motor da conduta e do pensar crioulos (...) a capacidade de adesão sentimental a problemas e situações alheias e de sintonização afectiva com o seu semelhante (...) ‘algo que’ leva a um convívio familiar com as pessoas e até com as coisas: que lhe solicita uma ânsia irreprimível de diálogo... dissolvente, anuladora de distâncias, criadora de um sentido agudo de intimidade sentimental doméstica e familiar. Intimidade que se projecta sentimental e amiga sobre as coisas inanimadas (...) Em tudo uma tendência para quebrar a rigidez ortodoxa... Tudo o que se relaciona com o caboverdiano vem impregnado de um forte cunho de familiaridade, de intimidade doméstica.¹⁰

A caracterização decorrente desse debate está impregnada de implicações para a compreensão da relação que se dá entre *valores e política*, dado que esses intelectuais, amplamente celebrizados em Cabo Verde, encaram a *Morabeza como*

⁸ Cf. *Idem*: 76 e 78

⁹ Cf. *Idem*: 77 e 79

¹⁰ Cf. Mariano, G. *Ibidem*.

esteio do carácter nacional ilhéu. Deixam transparecer a ideia, de que à essência cultural cabo-verdiana está subjacente uma forte qualidade democrática, manifesta na sua abertura ao outro, na tolerância e no respeito pela diferença, no impulso para a pluralidade e solidariedade, na convivência e no diálogo, nas chances iguais de mobilidade social, no cosmopolitismo e na tendência universalista. Resumindo: a índole cultural espontânea do cabo-verdiano seria, neste sentido, pró-democrática.

Implicações da Cultura de Cordialidade Para a Vida Democrática: argumentos críticos

Não é consensual, sobretudo na tradição analítica brasileira, que os aspectos acima ressaltados, mantêm uma relação, nas suas mais variadas ramificações, absoluta e necessariamente positiva com a fundação e a consolidação de instituições e de uma sociedade democráticas, daí que tenhamos uma linha de argumentos críticos no que concerne à relação da cultura de cordialidade com a democratização.

O cientista social brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, na sua *magnum opus*, *Raízes do Brasil*, ao (re) interpretar a ideia de “Homem Cordial” é um dos mais proeminentes nessa linha argumentativa. Aponta que as virtudes associadas à cordialidade não podem ser confundidas, enganosamente, com boas maneiras ou civilidade. Pois seriam, antes de tudo, “expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”¹¹. Diz ele então, que, eliminando os juízos éticos aproximativos das ideias de *Homem bom*, o que vai definir a cordialidade é o facto de ela ser algo do âmbito da emoção. *Nasce do coração, procede, assim, da esfera do íntimo, do familiar e do privado*¹². A personalidade cordial é uma forma de convívio ditada por uma *ética de fundo emotivo*. Ela incentiva, na percepção de Buarque, o entendimento de que as estruturas, incluindo as mais formais possíveis são transigentes e estão *prontas a acordos*.

A análise da ideia de cordialidade, feita por Buarque, enquadra-se na preocupação com a relação Estado/sociedade. Ele quer mostrar que a dinâmica do campo político não está imune, senão envolvida de forma cúmplice, com o cenário cultural mais amplo. Assim, pode ser a cordialidade expressão de um cenário cultural propício ao predomínio de relações políticas *personalistas* (vínculos de pessoa para pessoa) e *privatistas* porque revela nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional”¹³. Consequentemente, no entendimento desse autor, esse traço

¹¹ Cf. Buarque de Holanda, S. 1987: 143-46.

¹² *Idem*: 157.

¹³ *Idem*: 137.

cultural seria desfavorável ao enraizamento e à consolidação da democracia liberal.¹⁴

Para Buarque, nessa tendência cultural se destacam, entre alguns outros traços: o individualismo amoral, fraca tendência associativa, reduzida potencialidade de solidariedade fora dos grupos primários, pendor apolítico na vida social, distinção pouco clara entre o público e o privado, com tendência para o privilégio do segundo sobre o primeiro, aversão ao formalismo e à impessoalidade (impulso particularista), privilégio do sentimentalismo e do afectivo nas relações sociais e tendência para a busca de harmonização e entendimento.¹⁵ De uma forma geral, esses aspectos seriam, para Buarque, incompatíveis com a democracia liberal e descaracterizariam-na, já que ela é definida por pressupostos como: a neutralidade legal, impessoalidade, domínio da racionalidade e privilégio de contratos colectivos, ao invés do interesse privado ou individual.¹⁶

Implicações da Cultura de Cordialidade Para a Vida Democrática: argumentos apoloéticos

Contudo, há outros estudiosos que contrariam essa perspectiva crítica e celebram uma visão de tendência inversa, que denominamos de argumentos apoloéticos da cultura de cordialidade.

O cientista político brasileiro Alvaro Moisés, por exemplo, salienta que, na análise sociológica brasileira, tem-se encarado de forma errónea essa tendência ibérica de cultura política, no qual se enquadra melhor a cordialidade, como um sistema rígido - dotado de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários, fundida a uma tradição, estatista e antiliberal, e propiciadora de uma sociedade estática e incapaz de organizar-se para interagir com o Estado, a não ser hierarquicamente. Evitando tal viés, este autor esforça-se por evidenciar as mudanças que, apesar de tudo, têm ocorrido na cultura política brasileira, com o advento da democratização.

Todavia, entre os apoletas da cultura política de tradição ibérica (intimamente associado com a cordialidade) encontramos, como nome de destaque, o norte-americano Richard Morse, que, na obra *Espelho do Próspero*, através da

¹⁴ *Idem*: 138.

¹⁵ Numa polémica de Cassiano Ricardo com Buarque, aquele pretende, nas suas críticas a este dirigidas, que, melhor do que a cordialidade, o que define o brasileiro é a ideia de bondade e a índole harmonizadora, o que leva o segundo autor a retorquir que, não obstante a aptidão para o convívio social, há no brasileiro, sim, um *individualismo* forte que dificulta a ordem colectiva. Cf. Ricardo, C. 1959: 22

¹⁶ Vários autores adoptam um estilo parecido ao de Buarque na compreensão da vida política brasileira. Um, de entre eles, é Raymundo Faoro, que, mais especificamente focado do que o primeiro estudioso nas elites políticas e burocráticas, enfatiza, na sua obra *Os Donos do Poder*, as experiências estatais e institucionais portuguesas seculares, como condicionantes de um Estado brasileiro, centralizado e dissociado da sociedade civil, do empreguismo público, da cultura pré-burocrática (não racional), do domínio de interesses privados no campo público, da falta de representatividade, etc. Cf. Faoro, R. 2000: 85-106.

análise da mentalidade e filosofia políticas do mundo ibérico, na transição para a época moderna, elogia a cultura política ibérica em contraposição à anglo-saxónica. Consta que a experiência histórica da Ibero-América se apresenta como “opção cultural” e não como “caso de desenvolvimento frustrado”¹⁷ ao Ocidente, marcado pela alienação, vazio moral, materialismo, individualismo exacerbado, deterioração da personalidade e aridez nas relações sociais.

O traço mais marcante e destacado por esse autor, nessa tendência cultural é a sua dimensão holística, harmonizante e unificadora¹⁸, associada à noção medieval de Estado, vinculado à Igreja e dotado de um perfil ético-moral transcendente, externo, estável e orientador do comportamento individual.¹⁹ Ou melhor, há na tradição ibero-católica, uma visão especial da relação indivíduo/sociedade/Estado na qual a *raison de l'état*, proporciona uma obediência *voluntária* ao Estado, com o qual se deve estar vinculado íntima e moralmente.²⁰

Da perspectiva de Richard Morse, a cultura política ibérica se nos apresenta como pluralista, mais propícia à compreensão e participação políticas, propensa à convivência, interação e solidariedade sociais, dotada de união orgânica do cidadão com a sociedade e com o Estado²¹. Sintetizando, um *indivíduo ibérico* caracterizado positivamente pela predisposição de adaptabilidade e versatilidade estratégicas e criativas com relação ao ambiente que o cerca e ao enfrentamento dos problemas com que se depara.²²

Acabamos assim, por indicar, a partir da sociologia brasileira, as duas principais tendências ou perspectivas de interpretação da cultura de cordialidade: a crítica e a apologética. A partir de Buarque de Holanda destacamos, basicamente, a sugestão de que não necessariamente a cordialidade (sinónimo de *Morabeza*) tem de coincidir com uma cultura política democrática, o que nos autoriza, de certo modo, a *desnaturalizar* a ideia de *Morabeza*, enquanto indicadora de espontaneidade democrática, abrindo a possibilidade de estar a testá-la em contraposição com dados empíricos, relatizando as conclusões dedutivistas e tautológicas sobre a cultura política ilhoa.

Expomos, igualmente, o argumento favorável à relação positiva dessa tendência cultural com a consolidação democrática, explanada por Morse, que, de uma forma ou de outra, legitima as sugestões exploradas em Baltasar Lopes e Gabriel Mariano e difundidas, de forma mais ou menos latente, na auto-imagem nacional

¹⁷ Cf. Morse, R. 2000: 13-14

¹⁸ *Idem*: 53-59

¹⁹ *Idem*: 39; 47-50.

²⁰ *Idem*: 66-68

²¹ *Idem*: 145- 150

²² *Idem*: 162

cabo-verdiana, enquanto um traço cultural que supostamente expressa o “*ethos* original” deste povo e vem associada a uma adjectivação positiva, à qual está subjacente uma ideia de cultura *crioula* espontâneamente democrática.²³

TENDÊNCIAS ACTUAIS NA CULTURA POLÍTICA CABO VERDIANA

Doravante, vamos averiguar, com base em pesquisas de opinião recentes sobre democracia, em que medida, no contexto socio-político cabo-verdiano, apresentado tradicionalmente como dotado de uma certa essência cultural democrática, estão a afirmar-se valores e atitudes favoráveis ao enraizamento desse sistema político.

Sugerimos que, não obstante as notáveis mudanças políticas ocorridas, no arcabouço do sistema político cabo-verdiano, há, ainda, nesse padrão político-cultural a continuidade de traços que parecem manter uma correlação negativa com a lógica democrática, e que denotam algumas fragilidades do mesmo, nomeadamente, o que preferimos apelar de *cultura política de pendor particularista*, entendida como a tendência significativamente alargada de representações e atitudes impeditivas de uma convivência mais fortalecedora da esfera pública e da sociedade civil e incapazes de fomentar uma interacção mais regular e íntima dos cidadãos com o funcionamento das estruturas políticas democráticas.

A renovação, mais ou menos recente, do interesse pela cultura política, enquanto factor relevante para a consolidação e o desempenho dos sistemas políticos, surge depois da constatação de uma certa estagnação e até retrocesso de parte das democracias emergentes na chamada *terceira onda*, o que demonstra que a instalação formal de instituições carece também de uma cultura que favoreça o seu enraizamento mais profundo. Assim, as teorias de cultura política, diferentemente das teorias comuns de transição para a democracia, pressupõem que a discussão sobre a democracia ultrapassa a dicotomia presença *versus* ausência de instituições políticas autoritárias.

24

Tal perspectiva advém do pressuposto de que os valores, os sentimentos e as crenças dos cidadãos, relacionados ao sistema político e à sociedade civil, são úteis

²³ Além desses dois *paradigmas* amplamente opostos, enfatizaremos uma visão mais *conciliadora*, a partir das ideias do antropólogo brasileiro Luís Roberto Cardoso de Oliveira, que, através da antropologia jurídica, tenta cotejar as virtudes e limitações das duas tendências culturais, a individualista, anglo-saxónica, e outra relacional, de fundo ibérico, que se aproxima a cultura de cordialidade. Sugere que nos dois contextos ocorre um desequilíbrio entre justiça e solidariedade, dependendo do elemento destacado em cada uma dessas matrizes, passível de produzir uma cidadania deficitária. Cf. Cardoso, L.R. 1996:68 e ss.

²⁴ Cf. Almond, G. & Verba, S. 1963: *passim*.

na compreensão do comportamento político e da legitimidade social e consolidação do sistema democrático.²⁵

O principal sustento teórico-conceitual desta abordagem, que vai guiar a nossa leitura dos dados sobre Cabo Verde, advém da chamada *corrente dominante* da teoria de cultura política, inaugurada na Sociologia política norte-americana, pelos estudiosos Gabriel Almond e Sidney Verba, que, com a publicação do Volume A *Cultura Cívica, The Civic Culture*, em 1963, difundem a ideia de que a cultura é uma das condições cruciais do sucesso ou fracasso de uma democracia.²⁶

A cultura política, de acordo com essa corrente, de modo sintético, é o conjunto de atitudes e orientações individuais direcionado aos objectos políticos, nomeadamente ao sistema político no seu todo, às suas partes, aos seus papéis, aos seus titulares e ao envolvimento dos cidadãos com os mesmos.

Em Cabo Verde, o processo de transição, ocorrido no início dos anos noventa, nos sugere a adesão formal à *tecnologia eleitoral*, à ideia de competição democrática e confirma uma cultura não-militarista (como ressaltado por Fafali Koudawo) ou uma cultura política não-violenta, na acepção de Peter Meyns.²⁷

Todavia, isto não permite afirmar que uma mudança alargada na cultura política nacional tenha sido decisiva, enquanto causa, para a mudança de regime; nem tampouco que tenha surgido, com a passagem ao novo sistema, uma cultura política democrática extremamente profunda.

Passamos agora a recorrer aos dados da pesquisa de opinião pública, realizada em 2005, pelo afrobarómetro, em parceria com a afrosondagem.²⁸

Entre o Consenso Democrático Mínimo e a Ineficácia Política Subjectiva

Vejamos alguns dados referentes às tendências actuais da cultura política cabo-verdiana, começando pelo ângulo procedimental do sistema democrático, respeitante, basicamente, à valorização das instituições e de aspectos formais do sistema.²⁹

²⁵ Cf. Avritzer, L. & Costa, S. 2004.

²⁶ Cf. Almond, G. 1989: 1-22.

²⁷ Cf. Meyns, P. 2002: *passim*; Cf. Koudawo, F. *Op. Cit.* : *passim*.

²⁸ Basicamente, analisamos os dados produzidos pelo Afrobarometer em 2005. Esta instituição já efectuou, em Cabo Verde, em parceria com o Afrosondagem, três pesquisas de opinião sobre democracia, em 2002, 2005 e 2008. Para este trabalho baseamos no inquérito de 2005, que abrangeu um universo de 1264 entrevistas, das quais 1258 foram validadas, nas ilhas de S.Vicente, Sto Antão, Fogo e Santiago. Na amostra utilizou-se o critério de repartição óptima de Neyman; O erro de amostragem foi de 2,9% e o intervalo de confiança de 95%. A nossa abordagem dos dados obviamente possui as suas singularidades. Pois, uma pesquisa de opinião pública não tem necessariamente, apesar de tocá-la frequentemente, uma intenção estrita de compreensão científico-sociológica, ou seja, tratamos os dados dentro de um quadro teórico de referência, com vista à compreensão de um problema de pesquisa científica específico e sociologicamente delimitado.

Cf. Rodrigues, F. Reis, D. & Semedo, J. (orgs.), 2005.

Não pudemos ainda apreciar os dados referentes a 2008...Todavia, apesar da actualização que possam imprimir à nossa análise, as nossas conclusões não sofrem por isso, dado que o carácter deste estudo não é, por enquanto, longitudinal.

Vamos averiguar primeiramente a percepção dos cidadãos em relação a elementos institucionais e formais básicos da democracia, quais sejam : o significado do voto, a preferência por sistemas políticos, a nostalgia do autoritarismo e a valorização de liberdades básicas.

Quanto ao voto - método primordial e um dos elementos básicos do regime democrático - os resultados da *pesquisa* em análise (Cf. Tabela 1), apontam para a sua ampla valorização, por parte dos cabo-verdianos, já que cerca de oito, entre cada dez cabo-verdianos, equivalente a 87%, defendem o direito de votar (sem restrição educacional). A adesão genérica a esse quesito é um indicador da incorporação de um elemento central à democracia. Entretanto, a valorização do voto, isoladamente, não sintetiza a encarnação social desse regime.

O cabo-verdiano opta, também, de forma clara, pela democracia em detrimento de sistemas autoritários, pois, perante as opções: *Indiferença, Preferência por Formas de Governo Não-Democráticos e Preferência Exclusiva por Democracia*, 70% dos mesmos optam exclusivamente por Democracia (Cf. Tabela 2). A chamada, na gíria académica, *Nostalgia do Autoritarismo*, é igualmente fraca no arquipélago; ora, seis a sete cabo-verdianos, em cada dez, desaprovam o monopartidarismo, rejeitam um regime militar e são contra a extinção das eleições e do poder legislativo (Cf. Tabela 3). De forma semelhante, aproximadamente, a mesma média de cidadãos, 71%, mostra-se a favor de aspectos básicos da cidadania civil e política como: a liberdade de organização, expressão e imprensa (Cf. Tabela 4).

Considerando esses dados, parece haver, além da clara rejeição de opções autoritárias, a adesão forte a princípios básicos do sistema democrático, reforçada pela valorização da cidadania civil e política, o que demonstra a tendência forte, de interiorização de regras básicas do jogo democrático. Um cenário que configura o que para os minimalistas seria sinal da aceitação desse sistema como *The Only Game on The Town*.³⁰

É um nível de interiorização da cultura democrática que o cientista político brasileiro contemporâneo, José Álvaro Moisés, apelidada de *Consenso Democrático Mínimo*.³¹

²⁹ A maioria das tabelas expostas, no anexo, não aparece com o mesmo perfil apresentado na publicação do Afrobarometer (2005). Obviamente, mantendo os resultados ilesos, alteramos alguns detalhes no desenho físico das tabelas, com o intuito de facilitar a leitura das mesmas e melhor adequarem-se aos nossos objectivos analíticos.

Na nossa (re) interpretação do *survey* produzido pelo Afrobarometer trabalhamos basicamente com a simples análise de proporções. Esta estratégia satisfaz razoavelmente as expectativas propostas; o que não nos impede de reconhecer que os *surveys* oferecem outras possibilidades interpretativas, usadas aqui de modo rarefeito.

³⁰ Cf. O'Donnell, G. 1996: 14.

³¹ Cf. Moisés, J. A. 1995.

Porém, a consistência implícita a essa adesão básica, pode ser melhor avaliada com base em outros aspectos, ligados à potencialidade de interação do cidadão com as estruturas democráticas;³² de maneira que, em seguida, debruçaremos sobre aspectos como: *Interesse por Política, Eficácia Política Subjectiva, Conhecimento das Instituições e familiaridade com a estrutura democrática, Distinção Apoio Difuso/Específico ao sistema, etc.*

Quanto ao grau de interesse do cabo-verdiano pela política, os pesquisados mostram-se pouco envolvidos no seu quotidiano, com questões políticas, dado que apenas 35% dos mesmos, de vez em quando, discutem política e quase metade dos cabo-verdianos, 46%, nunca o fazem (Cf. Tabela 5). Se levarmos em conta que os que dizem não se interessar, ou interessar pouco, por assuntos políticos, atingem a faixa dos 81% (mais de oito entre cada dez pessoas) da população entrevistada, fica mais patente a apatia existente com relação ao funcionamento do sistema que envolve a cultura política cabo-verdiana.

No mesmo sentido, os dados revelam-nos um baixo nível da chamada *Eficácia Política Subjectiva* (que é a potencialidade com que o cidadão se auto-valia de influenciar o funcionamento do sistema político democrático). Ora, cerca de seis, em cada dez, d'entre os pesquisados, percebem a *política (e o governo) como sendo algo complicado e de difícil compreensão*. (Cf. Tabela 6)³³.

Essa tendência é repetida aquando da avaliação da vertente cognitiva da cultura política nacional, em exposição na tabela 7 (vd. Anexo).

Senão vejamos qual o grau de conhecimento que o cabo-verdiano possui relativamente aos seus representantes eleitos e a alguns aspectos tangentes à sua actuação. Três quartos, ou setenta e cinco entre cada cem cabo-verdianos, não souberam mencionar o nome do(s) deputado(s) que lhes representa(m) no parlamento e apenas 24% souberam fazê-lo correctamente; 86% não sabem quem preside a Assembleia Municipal, no concelho a que se pertence, ao passo que 14% souberam responder à questão de forma correcta; 75% não sabem quem é o presidente do poder legislativo nacional (Assembleia Nacional) e apenas 24% sabem a resposta certa.

No que se refere ao conhecimento das instituições, a tendência não é diferente (Cf. Tabela 7). Mais de metade (53%) dos cabo-verdianos não souberam dizer qual o

³² Cf. Baquero, M. & Castro, H. 1996.

³³ No tocante à evolução do índice de *Eficácia Política Subjectiva*, há uma tendência desgaste, de 2002 a 2005, em Cabo Verde, porque, na primeira pesquisa, 55% da população entrevistada disseram que tinha havido melhoria na possibilidade de influência do Governo por parte do cidadão comum, contra 12% que achava que ela tinha-se piorado. Em 2005, 44% (11% abaixo do valor anterior) consideram que houve melhoria nesse quesito, enquanto 14% pensam que ele piorou (Cf. Tabela 8).

partido com maior número de deputados no parlamento, contra 44% que fizeram-no correctamente. Isto pode não significar necessariamente o desconhecimento de que partido estivesse no poder, mas sim desconhecimento de princípios básicos ligados ao sistema de governo que vigora em Cabo Verde, ou do seu real significado para a formação do governo. Por outro lado, quase dois terços (66%) dos respondentes não sabem quantas vezes, em Cabo Verde, pode-se ser eleito Presidente. E esta tendência de fraco domínio do funcionamento do sistema democrático torna-se mais crítica quando se remete a questões menos corriqueiras – pouco abordadas na mídia... - como é o caso da responsabilidade de *fiscalização da constitucionalidade das leis*. Poucas pessoas, d'entre os cabo-verdianos demonstraram conhecimento a respeito do assunto. Só 7% mencionaram correctamente o actor político ao qual cabe essa competência³⁴.

Outro dado, relativamente chamativo, no quadro da cultura democrática cabo-verdiana, é o grau de paciência que os cabo-verdianos demonstram para com o sistema democrático. Aquilo que, na gíria académica, é conhecida como distinção entre Apoio Específico e Apoio Difuso. O *Apoio Específico* ocorre quando se dispensa apoio ao sistema político apenas em função do sucesso de políticas pontuais e específicas levadas a cabo pelos Governos. O *Apoio Difuso* é referente ao sistema no seu sentido lato; na acepção de Almond e Verba, referente ao *system affect*³⁵. A extensão deste último tipo de apoio é o que permitiria perceber melhor até que ponto o sistema (os seus *princípios* constitutivos) é valorizado em si, o que o tornaria menos vulnerável a instabilidades, principalmente em momentos de maior fracasso das políticas públicas.³⁶

A maior parte dos cabo-verdianos (até 2005) não dispensa Apoio Difuso alargado à democracia. Ou seja, não está convicta de que, caso persistam alguns problemas estruturais, dever-se-ia dar mais tempo à Democracia. E, uma parcela significativa, dos mesmos apela para a busca de um sistema político alternativo. Pois, só 37% estariam dispostos a dar mais tempo à democracia, caso não resolva,

³⁴ Entretanto, é de se sublinhar que, na análise desses últimos quadros, avaliamos a opção *não sabe* (geralmente correspondente aos indecisos em relação às demais alternativas de resposta) como sinónimo de desconhecimento da resposta. Uma indicação de que esta suposição pode ser sensata são as percentagens excepcionalmente altas dos que adoptam a alternativa "não sabe". Nesses cinco componentes analisados, foram respectivamente de 59, 65, 61, 44, 51 e 72%. Até porque, não são questões constrangedoras, susceptíveis de desencadear algum tipo de autocensura e conseqüente subterfúgio, através da recorrência ao *não sabe*, por parte do respondente. Portanto, parece ser quase inofensável que o recurso à opção foi significativamente usado como sinónimo de desconhecimento da resposta adequada.

³⁵ Obviamente, esta dicotomia faz eco à ideia de fusão e equilíbrio de orientações racionais e afectivas, apanágio da definição de *cultura cívica* (de Almond e Verba), ao supôr, como importante, a lealdade afectiva em relação ao sistema.

³⁶ Esta distinção é explorada por vários autores como: David Easton, Almond e Verba, Lipset e Eckstein. Cf. Easton, D. 1968; Almond, G. & Verba, S. *Op. Cit.*

rapidamente, os principais problemas herdados de épocas anteriores. E 45% mostram-se impacientes com o sistema e são concordantes com a ideia de se implementar *uma outra forma de governo* (Cf. Tabela 9). Quando assim é, tudo indica que a democracia pode estar a ser *confundida*, por uma franja populacional expressiva, com políticas pontuais e não é assumida como um sistema que deva ser valorizado, *em si*, no plano abstracto-simbólico. Isto sugere que crises socioeconómicas mais ou menos profundas podem, com alguma facilidade, desembocar no desgaste rápido, senão na rejeição, da democracia. Quando assim é pode-se configurar uma relação *oportunistamente pragmática e um envolvimento pouco emocional* com o sistema político. Tal como apontaram Almond e Verba, baseados em Eckstein, teríamos: “*A purely pragmatic and unemotional political involvement implies a politics of opportunism: a politics that will probably lead to cynism*”³⁷.

Estamos a verificar, assim, que, não obstante uma clara valorização da democracia, no que se refere aos seus aspectos formais e procedimentais, paradoxalmente, essa valorização começa a ficar mais frágil, quando se afasta da análise desses aspectos, ou quando essa mesma valorização é *testada* indirectamente, através de componentes afins. Apesar de uma adesão formal ao jogo democrático, como o único aceite, o enraizamento, do ponto de vista cultural, de certos valores que pudessem enrobustecer essa adesão, não é tão evidente.

A Sociedade Desconfiada e a Tendência de Evitamento da Esfera Pública

Agora, passemos a apreciar atitudes ligadas à convivência social e à interacção com os concidadãos; as quais são encaradas, por nós, como indicadores de inserção na esfera pública e que, do ponto de vista da nossa linha teórica orientadora, são decisivas para a performance do regime democrático, principalmente a médio/longo prazo³⁸. Estamos a falar de traços como: confiança interpessoal, confiança nos vizinhos e nos familiares, confiança institucional e adesão a accões colectivas.

A confiança interpessoal e institucional são componentes capazes de nos fornecer pistas importantes acerca do grau de disposição para a participação, num

³⁷ Cf. Almond, G. & Verba, S. *Op. Cit.* : 354-355.

³⁸ A ideia de esfera pública começa a emergir com a possibilidade (ausente na idade média) de distinguir o público- ligado ao Estado- do privado que exclui a intervenção desse. Mas, desenvolve-se no sentido de referir-se a *um âmbito da Sociedade Civil – não-estatal- mas publicamente relevante- onde se travam discussões públicas, visíveis do exterior, sobre questões de relevância pública*. Está dotada do papel de controlo do governo pelos cidadãos que passam a encarar o interesse público também como sendo de sua alçada e não exclusivamente de quem governa. Cf. Sousa, J. 2000: *cap 3*.

dados padrão de cultura política. Fazem parte de uma espécie de núcleo do que se convencionou chamar de *Cultura Cívica*.³⁹

Em Cabo Verde, apenas três pessoas, em cada cem (3%, portanto), confiam nos demais concidadãos; O índice de desconfiança nacional é igualmente elevadíssimo, dado que 94% dos pesquisados afirmam que o relacionamento com os outros cabo-verdianos inspira cautela (Cf. Tabela 10). Ou seja, os cabo-verdianos não se vêem reciprocamente como sendo confiáveis. Estamos perante uma sociedade com desconfiança alargada. O índice de confiança nos vizinhos, também, não é alto, se levarmos em conta que à opção “confio muito nos vizinhos”, tradutora de uma afirmação mais peremptória de confiança, destinam-se apenas 19% das escolhas (Cf. Tabela 11). Tendo em conta a nossa pequenez populacional e das comunidades em Cabo Verde e a ideia de *Morabeza*, podemos considerar que a confiança nos vizinhos não é tão significativa. Pode-se, a partir de tais resultados, deduzir que os cidadãos se encaram mutuamente como imprevisíveis, o que torna, também, precárias as possibilidades de ocorrência de mobilização de acções colectivas muito alargadas.

Esta, parece ser uma tendência indicativa de falta de segurança na esfera pública- *no mundo da rua*- nas palavras do conceituado Antropólogo Brasileiro, Roberto Da Matta.⁴⁰

Contudo, constata-se que, praticamente dois terços dos cidadãos, (66%), confiam muito nos familiares (Cf. Tabela 12). Ora, no que concerne a categorias ou ambientes sociais mais próximos da intimidade doméstica, o quadro de confiança parece inverter-se gradual e inversamente. E, até agora, o ambiente doméstico (O *Mundo da Casa*, ao contrário do *Mundo da Rua* e do espaço público), é aquele que tende a oferecer maior segurança ao cabo-verdiano.

Entre as demais instituições sóciopolíticas, as religiosas são daquelas que merecem a maior confiança da parte dos cidadãos. Cerca de metade dos cabo-verdianos, 51%, dizem confiar muito nelas e apenas 9% manifestam a total desconfiança em relação às mesmas. Em seguida vêm os tribunais judiciais, com cerca de 39% de “muita confiança,” no âmbito nacional.

Quanto às instituições e actores de representação política- o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Legislativo (Assembleia Nacional)- e, os partidos políticos, tinham índices de *alta confiança* (expressos através da alternativa confio muito) que oscilava entre os 21% e 25%. Não se pode afirmar que a confiança nos actores políticos e públicos é crítica, mas, dado ao seu carácter representativo, não chega a ser satisfatória. (Cf. Tabela 13).

³⁹ Cf. Almond, G. & Verba, S. *Op. Cit.*; Pina, L.J., 2006.

⁴⁰ Cf. Da Matta, R. 1997: *passim*.

Outra maneira sugestiva de entender melhor o “*contrato social cabo-verdiano*” e o seu impacto na democracia, é averiguar o grau do envolvimento do cabo-verdiano em associações da sociedade civil. Oito a nove cabo-verdianos dizem não fazer parte de nenhum tipo de associação o que evidencia a debilidade do associativismo nesse contexto. 87% dos pesquisados não pertencem a nenhuma associação (sindicato ou cooperativa) de caráter agrícola e, apenas 6%, do universo de onze que dizem pertencê-las, consideram-se seus membros activos. As associações comunitárias (ou de auto-ajuda) contam com 10% de adesão de membros ativos e 6% de inactivos. A afiliação às associações religiosas constitui uma excepção a esta tendência, tendo em conta que 55% dos pesquisados consideram-se membros de algum grupo religioso malgrado só a metade de entre esses terem-se auto-avaliados como membros activos. Isto pode reforçar a idéia de que, provavelmente, as instituições mais confiáveis estimulam maior participação e adesão e vice-versa. (Cf. Tabela 14). No mesmo sentido a adesão a reuniões e encontro colectivos é pouco vigoroso. 63% dos cabo-verdianos não participaram em qualquer tipo de reunião (no ano antecedente à pesquisa) e, 52% manifestaram o desejo de fazê-lo caso tivessem oportunidade. Quanto à participação em marcha de protesto, apenas oito em cada cem pessoas dizem tê-la feito alguma vez, ao passo que 87% não fizeram-na. E, dentre estes últimos, 27% afirmam que jamais fariam-na. (Cf. Tabelas 15 e 16).

Este cenário nos revela que há maior tendência de adesão a acções colectivas quando se confia de forma mais alargada nos concidadãos e que a desconfiança generalizada parece ser proporcionadora de dúvidas em relação ao cumprimento do estabelecido e possivelmente o factor explicativo da não-adesão a compromissos colectivos mais ou menos rígidos.⁴¹

O cenário de identidade e solidariedade social cabo-verdiano está assim marcado por um evitamento e uma restrita disposição de interacção com a esfera pública.

Para alguns autores, como Wanderley dos Santos,⁴² esta tendência de cultura política, de desconfiança alargada, constitui-se numa especie de *hobesiano social* que, ao ocorrerem no contexto das *novas poliarquias*, provocam um “hibridismo institucional”. Este hibridismo, segundo Wanderley dos Santos, tem a ver com uma associação entre uma morfologia poliárquica, largamente legisladora e regulatória e um certo *hobbesiano social pré-participatório*. Enquanto os requisitos formais poliárquicos são apropriadamente atendidos pela sociedade, constatando-se um alto grau de institucionalização da competição pelo poder (regras claras e públicas, ampla

⁴¹ Cf. Gambetta, D. 1996.

⁴² Cf. Santos, W. G. 1993: 99.

abertura, redução de barreiras para participação e pluralidade) há uma mobilização deficiente e pouco eficaz em direcção à participação.⁴³

O contexto de desconfiança, como sugerido por Banfield,⁴⁴ favorece a diluição da solidariedade social e conseqüente abandono do espaço público e retorno ao âmbito privado pautado por condutas particulares, que além de alimentar relações privatistas como compadrio, clientelismo, desgaste das soluções institucionalmente mediadas,⁴⁵ à cultura racional-burocrática, também, podem ser propícios ao surgimento de microagrupamentos, subuniversos, minissociedades, da criminalidade, da máfia, das drogas, etc...dotados de códigos de conduta particulares, muitas vezes sem referência a regras universalmente aceites.⁴⁶

Todavia, a constatação desta tendência de cultura política não deve estimular a naturalização da ideia de que o defeito, ou a culpa, é sempre da *sociedade civil*, que é carente de valores cívicos. De modo que seja importante, para o complemento desta reflexão, além de lembrar que a elite político-administrativa *emerge do bojo da própria sociedade circundante* e, em boa medida, a espelha, tentar compreender como práticas políticas e institucionais (arbitrárias e autoritárias) no mundo público, administrativo e estatal, actuais e de períodos históricos anteriores, poderão ter estimulado, o retraimento ou evitamento da esfera pública em Cabo Verde. Pois, a cultura política é fruto, também, de uma relação dialéctica dos cidadãos com o Estado e com os concidadãos. É importante, além da descrição de uma tendência de cultura política, buscar as suas raízes explicativas, relacionadas com a memória do funcionamento das instituições. Deve-se ressaltar que há múltiplas variáveis, a serem consideradas e que interferem nas oportunidades de participação e de cidadania, condicionando, às vezes de forma desigual e de acordo com a natureza de cada segmento social, a percepção dos agentes sobre a vida social e política e conseqüentemente na formatação da cultura política.⁴⁷

⁴³ Alguns traços dessa desmobilização da sociedade civil em Cabo Verde tinham sido apontados por Fonseca. Cf. Fonseca, J.C. 1997: 108.

⁴⁴ Cf. Reis, E. 1995: 36

⁴⁵ Curiosamente, segundo o acervo de dados em análise, os cabo-verdianos, perante casos de abusos/injustiça institucional, apelam por saídas institucionais e apelam de forma tímida para saídas de carácter privado. Isto, realmente, parece contradizer uma das facetas da nossa suposição de tendência particularista da cultura política cabo-verdiana, ou de recuo a instâncias pessoais de resolução de problemas. Se as nossas conclusões apontam para uma cultura política particularista no que tange à (des)mobilização social (indicativa de que, no quotidiano, não se recorre à cumplicidade colectiva na resolução dos problemas), quanto ao que diz respeito a apelo a soluções institucionais tal evidência é mais ténue. Cf. Pina, L.J.2010: anexos.

⁴⁶ Algumas críticas a essa afinidade positiva entre confiança e democratização encontram-se abordados por Mulle, E. & Seligson, M. 1994: 74 e ss.

⁴⁷ Sobre este debate, cf. Pateman, C. 1989; Coelho, M. F. 2000:61-86; Wiatr, J. 1989:114.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria *Morabeza* se apresenta na auto-imagem nacional e cabo-verdiana como um traço cultural que expressa o “ethos original” desse povo e vem associada a uma adjetivação positiva à qual subjaz uma ideia de cultura cabo-verdiana espontaneamente democrática que submetida a este ensaio de teste se mostra pouco resistente. Pois, o cabo-verdiano genérico tende relativamente a negar a convivência pública e a sua disposição para a solidariedade colectiva estável parece ser relativamente reduzida. Isto nos faz, baseado no conceito de cultura política, relativizar a carga de positividade, pelo menos para a interface com o sistema democrático, que a categoria traz habitualmente implícita na autocompreensão do cabo-verdiano.

Relembramos que a nossa análise, está firmada epistemologicamente na Sociologia Política, por isso foge da compreensão da política, enquanto campo restrito e absolutamente autónomo das restantes esferas e dinâmicas sociais, e tenta compreendê-la na sua íntima ligação com a sociedade e a cultura que a circundam.

Sendo assim, afigura-se-nos que, com a implantação das estruturas democráticas, a cultura política cabo-verdiana sofreu alterações significativas, dado que os pressupostos pluralistas e de escolha democráticos passaram a ser significativamente valorizados. O apoio ao sistema político democrático (na sua vertente formal), em Cabo Verde é satisfatório e inequívoco, mas a sua consistência e suas bases culturais, no que tange à interacção cidadão- sociedade civil- Estado, não são fortes o suficiente para condizer com a impressão de robustez de suas estruturas culturais, comumente alimentada.

Esta análise aponta-nos que não ocorreram grandes mutações no que tange à predisposição de participação e interacção com a esfera pública em Cabo Verde. E, isto afecta a ordem social cabo-verdiana, como um todo, mais especificamente a interacção com as instituições sócio-políticas.

O evitamento da esfera pública, expresso, nomeadamente através da desconfiança generalizada, sugere pouca predisposição à solidariedade colectiva, um cenário propício para o surgimento de condutas particularistas. Sugere tanto a tendência de negação de *contratos estáveis com outros cidadãos*, quanto a tendência da negação da esfera pública como espaço privilegiado de solução de problemas. Pois, como assinala Rennó:

A falta de previsibilidade do comportamento alheio contribui para a busca de soluções privadas para os problemas particulares (...) O comportamento racional do cidadão, contextualizado pela cultura política

de desconfiança, encoraja o abandono da esfera pública na busca de soluções para os problemas cotidianos.⁴⁸

Uma sociedade civil esmaecida é quase que automaticamente desmobilizada; com significativo *déficit* de associativismo, incapaz de produzir benefícios por si mesma, ou se se quer, em certo sentido, baixo índice de Capital Social. Outrossim, nela constata-se expressivo recuo na participação e activismo políticos, o que também pode embaraçar o alcance de um melhor nível de *accountability* e do controlo dos governantes e do funcionamento do Estado. E, é de sublinhar, que o sistema democrático parece ter maiores chances de consolidação e performance se (além de um *consenso normativo mínimo*, um sistema partidário eficiente e mecanismos adequados de representação política) for reforçado pela adesão a atitudes e valores pró-democráticos. É de se crer, então, que, num ambiente como o descrito, a possibilidade de se preservar traços de tendência autoritária não é desprezível, tendo em conta que o destino da sociedade e do funcionamento do Estado podem ser transferidos excessivamente para as mãos das elites político-burocráticas. A participação política é assim largamente enclausurada às épocas eleitorais. Ou seja, há um *déficit* visível de cultura cívica.

Enfim, estamos, nesse caso, perante um ambiente político prensado entre um âmbito legal e formal, democrático, e outro âmbito cultural que, em alguns aspectos importantes para a vivência democrática, recua daquela direcção.

Finalmente, deve ser dito que esta análise afasta-se da intenção de prever crises do sistema, e reconhece que se, por um lado, sem instituições democráticas adequadas é difícil haver hábitos democráticos, por outro, quando esses hábitos perdem o seu sentido ou razão de ser para os actores sociais, as instituições democráticas podem deteriorar-se.⁴⁹

BIBLIOGRAFIA

- Almond, Gabriel & Verba, Sidney. *The Civic Culture*. Boston: Little, Brown and Company Ed., 1965.
- Almond, Gabriel. *The Intellectual History of The Civic Culture Concept*. In: *The Civic Culture Revisited*. U.S.A.: Little, Brown and Company Ed., 1989.
- Anjos, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, Literatura e Poder – lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS/EFCH, 2002; Cabo-verde: INIPC, 2002.
- Avritzer, Leonardo e Costa, Sérgio. *Teoria crítica, Democracia e Esfera Pública: concepções e usos na América Latina*. Cd Rom do XVIII Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, Brasil, 2004.

⁴⁸ Cf. Rennó, L. 1997: 91.

⁴⁹ Cf. Moisés, J.A. *op cit*.

- Baquero, Marcelo & Castro, Henrique. *A Erosão das Bases Democráticas: Um Estudo de Cultura Política*. In: Baquero, Marcelo (Org.). *Condicionantes da Consolidação Democrática: Ética, Mídia e Cultura Política*. Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- Buarque de Holanda, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 19 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1987.
- Cardoso, Luis Roberto. *Entre o justo e o solidário: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos E.U.A.* *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, ano 11, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, 1996.
- Coelho, Maria Francisca. *O Gosto Pela Política*. In: CAETANO, Ernesto et all. (orgs.). *Política e Valores*. Ed. UnB, Brasília, 2000: 61-86; KAVANAGH, Dennis. *Op. Cit* : 57.
- DaMatta, Roberto. *A Casa e a Rua*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. *Conta de Mentiroso*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- Easton, David. *Uma Teoria de Análise Política*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968
- Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. v. 1, Rio de Janeiro: Editora Globo e Publifolha, 2000.
- Fonseca, Jorge Carlos. *Os Partidos Políticos e a Sociedade Civil em Cabo Verde*. Ciclo de Debates: Direitos Humanos, Cidadania e Democracia, Praia, Cabo Verde, 1997.
- Freyre, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- Gambetta, Diego. *Confiança e cooperação (verbete)*. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.
- Koudawo, Fafali. *Cabo Verde, Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP, 2001.
- Lopes da Silva, Baltasar. *Uma Experiência Românica nos Trópicos (I e II)*. *Revista Claridade*, (n. 4 e n. 5, 1947). Instituto cabo-verdiano do livro, Praia, Cabo-Verde, 1989.
- Mariano, Gabriel. *Cultura Cabo-Verdiana – ensaios*. Lisboa: Ed. Vega, 1991.
- Meyns, Peter. *Cape Verde: an african exception*. *Journal of democracy*, v. 13, n. 3, 2002.
- Moisés, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo: Ática, 1995.
- Morse, Richard. *O Espelho do Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Letras, 2000.
- Muller, Edward & Seligson, Mitchell. *Civic Culture and Democracy: The Causal Relationships*. *American Political Science Review*, v. 88, n. 83, 1994.
- Núñez, Benjamin. *Dictionary of Portuguese-African Civilization. Vol 1: From discovery to independence*. Hans Zell publishers - London; Munich; New Jersey. 1995.
- O'donnell, Guillermo. *Uma outra institucionalização: América Latina e alhures*. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política* n. 37, CEDEC, São Paulo, 1996.
- Pateman, Carole. *The Civic Culture: a Philosophic Critique*. In: ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (orgs.). In: *The Civic Culture Revisited*. U.S.A.: Little, Brown and Company Ed. 1989.
- Pina, Leão Jesus de. *Valores e Democracia em Cabo Verde: Entre Adesão Formal e Embaraço Cultural*. *Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006 : 94-96;*
- Rennó, Lúcio. *Cultura Política de Desconfiança: O Estudo do Distrito Federal*. *Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.*
- Ricardo, Cassiano. *Homem cordial e Outros Pequenos Estudos*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1959.

ANEXO

Todos deveriam ter o direito de votar, mesmo se não entendem completamente todos os temas das eleições. Somente aqueles que são suficientemente bem educados deveriam ter permissão para escolher os nossos dirigentes	%
Concordo fortemente com A.....	73
Concordo com A.....	14
Concordo com B.....	5
Concordo fortemente com B.....	4
Não concordo nem com uma nem com outra.....	1
Não sabe.....	2

Tabela 1: DIREITO DE VOTAR POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

Qual destas três declarações está mais próxima da sua opinião	%
Não importa o tipo de governo que se tem	9
Em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível.....	5
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.....	70
Não sabe.....	17

Tabela 2: PREFERÊNCIA POR DEMOCRACIA (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

	Apenas um partido político é autorizado a concorrer em eleições e a governar	O exército governa	As eleições e a Assembléia Nacional são extintas
Desaprovo fortemente	46	37	33
Desaprovo	32	34	32
Nem aprovo nem desaprovo	3	4	5
Aprovo	7	9	8
Aprovo fortemente	3	5	4
Não sabe	9	11	18

Tabela 3: “NOSTALGIA” DO AUTORITARISMO (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

	A. O governo deveria poder acabar com qualquer organização que seja contra suas políticas B. Devíamos poder juntar-nos a qualquer organização, quer seja ou não aprovada pelo governo	A. O governo devia fechar os jornais que publicam histórias falsas ou informações erradas B. Os órgãos noticiosos deviam ser livres para publicar qualquer história que acharem apropriadas sem receio de lhes fecharem as portas	1. A.O governo não devia permitir a expressão de opiniões públicas que são muito diferentes das opiniões da maioria 2. B.As pessoas deviam poder expressar o que lhes passa pela cabeça sobre política, livres da influência do governo, independente da impopularidade de suas opiniões
Concordo fortemente c/A	6	9	8
Concordo com A	6	12	6
Concordo com B	38	29	37
Concordo fortemente c/B	33	31	35
Nem c/ uma nem c/ outra	4	8	4
Não sabe	13	11	10

Tabela 4: LIBERDADES POLÍTICA E CIVIL (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

Quando se junta com os amigos ou com a família, discutem assuntos políticos	%
Nunca	46
De vez em quando	35
Freqüentemente	17
Não sabe	2

Tabela 5: INTERESSE POR POLÍTICA (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

Concorda ou discorda que a política e o governo por vezes parecem tão complicados que não se consegue entender muito o que está se passando	%
Concordo fortemente.....	22
Concordo.....	40
Não concordo nem discordo.....	7
Discordo.....	15
Discordo fortemente.....	6
Não sabe.....	11

Tabela 6: COMPREENSÃO DA POLÍTICA (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

	É capaz de dizer o nome do seu deputado no parlamento	Sabe dizer o nome do presidente da Assembléia Municipal	Sabe dizer o nome do presidente da Assembléia Nacional	Qual partido político tem o maior número de deputados no Parlamento	Sabe quantas vezes uma pessoa pode ser eleita presidente	A quem pertence a responsabilidade de determinar se uma lei é ou não inconstitucional
Sei, mas não lembro	7	9	8	0	1	1
Suposição incorreta	9	12	6	9	14	20
Nome correcto	24	14	24	46	34	7
Não sabe	59	65	61	44	51	72

Tabela 7: CONHECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES E DOS ACTORES POLITICOS. Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

A possibilidade de pessoas normais influenciarem aquilo que o governo faz está pior ou melhor agora do que há uns anos atrás (?)	%	
	2002	2005
Muito pior.....	2	2
Pior.....	10	12
Igual.....	17	24
Melhor.....	45	35
Muito melhor.....	10	9
Não sabe.....	17	18

Tabela 8: EFICÁCIA POLÍTICA (DIMENSÃO LONGITUDINAL) (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

– Ao nosso actual sistema de governo deveria ser dado mais tempo para resolver problemas que herdou	(%)
– Se o nosso actual sistema político não for capaz de produzir resultados breves, deveríamos experimentar outra forma de governo	
Concordo fortemente com A.....	21
Concordo com A.....	16
Concordo com B.....	22
Concordo fortemente com B.....	23
Não concordo nem com uma nem com outra.	7
Não sabe.....	11

Tabela 9: APOIO DIFUSO/ESPECÍFICO (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

Você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que é preciso ser muito cuidadoso quando se lida com as pessoas	(%)
É preciso ser muito cuidadoso	94
Pode se confiar na maioria das pessoas	3
Não sabe	3

Tabela 10: CONFIANÇA INTERPESSOAL (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

Até que ponto confia nos seus vizinhos	(%)
Nada	19
Apenas um pouco	25
Confio até certo ponto	36
Confio muito	19
Não sabe	2

Tabela 11: CONFIANÇA NOS VIZINHOS (%). Fonte: Afrobarometer/afrosondagem, 2005.

Até que ponto confia nos seus familiares	(%)
Nada	4
Apenas um pouco	7
Confio até certo ponto	22
Confio muito	66
Não sabe	2

Tabela 12: CONFIANÇA NOS FAMILIARES (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

Respostas	Até que ponto você confia no(a)					
	Presidente da República	Assembleia Nacional	Primeiro Ministro	Assembleia Municipal	Tribunais Judiciais	Instituições Religiosas
De maneira nenhuma	28	23	26	23	13	9
Só um pouco	14	16	15	17	12	10
Até certo ponto	23	24	23	24	26	20
Muito	24	23	25	22	39	51
Não sabe	11	14	11	14	9	11

Tabela 13: CONFIANÇA INSTITUCIONAL (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

Você é um dirigente oficial, um membro activo, um membro inactivo, ou não é membro de				
	Grupo religioso	Sindicato ou cooperativa de agricultores	Associação profissional ou comercial	Projecto comunitário ou Associação de auto-ajuda
Não é membro	43	87	89	81
Membro inactivo	27	5	3	6
Membro activo	28	6	6	10
Dirigente oficial	1	0	1	1
Não sabe	1	2	2	1

Tabela 14: ASSOCIATIVISMO (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.

Você pessoalmente realizou alguns destes actos durante o ano passado		
	Participou num encontro da comunidade	Reuniu-se com outros para tratar de algum assunto
Nunca o faria	10	11
Gostaria se tivesse oportunidade	54	52
Uma ou duas vezes	15	12
Diversas vezes	12	14
Muitas vezes	8	8
Não sabe	2	2

Tabela 15: PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES COMUNITÁRIAS (%). Fonte: Afrobarometer/ Afrosondagem, 2005.